

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



NOTAS EXPLICATIVAS

CONTEXTO OPERACIONAL E INSTITUCIONAL

O Conselho Regional de Odontologia de Sergipe, também designado pela sigla "CRO-SE", criado pela Lei nº. 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto nº. 68.704, de 03 de junho de 1971, constitui com o Conselho Federal de Odontologia e os demais Conselhos Regionais de Odontologia, uma ***Autarquia Federal***, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de ***direito público***, com autonomia administrativa e financeira, e têm por finalidade a supervisão da ética profissional em todo território nacional, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os preceitos legais vigentes e com as práticas contábeis aplicáveis ao setor público, tendo como base as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O regime contábil adotado é o de competência, segundo o qual as receitas e despesas são reconhecidas no período em que ocorrem os respectivos fatos geradores, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. Na elaboração das referidas demonstrações, foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), que disciplinam os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos atos e fatos contábeis. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$), sendo todos os valores expressos nessa moeda.

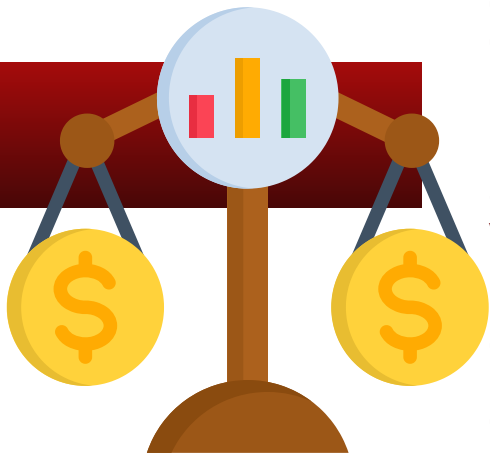
PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os ativos e passivos são reconhecidos de acordo com o princípio da competência, sendo registrados quando for provável a ocorrência de benefícios econômicos futuros ou a saída de recursos, bem como quando possam ser mensurados com confiabilidade. A mensuração dos elementos patrimoniais é realizada, em regra, com base no custo histórico, em conformidade com as normas contábeis vigentes. A depreciação, amortização e exaustão são calculadas de forma sistemática, ao longo da vida útil dos bens, com base em taxas que refletem o padrão de consumo dos benefícios econômicos ou do potencial de serviços dos ativos. Não foram identificados eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que demandem ajustes nas demonstrações contábeis ou que devam ser objeto de divulgação específica, nos termos das normas contábeis aplicáveis. Adicionalmente, não ocorreram fatos relevantes após a data do balanço que possam afetar, de forma significativa, a posição patrimonial e financeira ou o desempenho da entidade no período reportado. Dessa forma, não há impactos potenciais a serem considerados nas demonstrações contábeis decorrentes de eventos subsequentes, permanecendo inalteradas as informações apresentadas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO PATRIMONIAL



O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os grupos do Balanço Patrimonial são o Ativo e o Passivo, subdivididos em Circulante e Não Circulante, a depender da natureza do registro das ações. O referido demonstrativo nos permite ter uma visão ampla sobre a situação patrimonial da entidade, pertinente à sua liquidez, o endividamento, margem operacional, dentre outras análises conjunturais.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial apresenta um quadro demonstrativo com a seguinte composição de contas:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação;
- Quadro do Superávit ou Déficit Financeiro.

Em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos, detalhamos as seguintes contas:

a.Caixa e Equivalentes de Caixa - O saldo registrado de R\$ 482.217,58 diz respeito aos valores depositados em contas bancárias correntes e aplicações financeiras.

b. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo – Ao final do exercício de 2025, há registro em valores a receber de curto prazo de R\$ 2.363.560,36, que correspondem aos créditos tributários inscritos que deixaram de ser arrecadados, e, serão transferidos para cobrança da dívida no exercício seguinte. Registrado em demais créditos, resta um saldo de R\$ 400,12, decorrentes de valores a restituir ao erário por despesas com tributos a recuperar e pagamentos indevidos. Já nos ativos de longo prazo, não foram identificados registros de saldos de créditos. Os créditos compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos.

c. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Observamos um saldo remanescente de R\$ 2.276,82 registrados na conta, o qual corresponde, de forma predominante, ao pagamento de ISS retido em Notas Fiscais emitidas pendentes de atesto para liquidação ou de restituição por pagamento de Notas Canceladas extemporâneas ao prazo de recolhimento, incluindo o saldo pendente de apropriação mensal em períodos futuros, de acordo com o regime de competência, correspondentes ao pagamento integral dos prêmios de seguros, para a Sede do Órgão e para os Veículos que compõem a frota do Conselho.

d. Imobilizado - Quanto à depreciação, ressaltamos que não houve alteração no método adotado para bens móveis, sendo esse linear, onde é registrado mensalmente pelo método das quotas constantes. Para depreciação do edifício Sede deste Conselho, foi aplicado um percentual de 25% para estimativa do valor residual, considerando um período de vida útil de 20 anos, sendo adotado de igual maneira, o método linear de quotas constantes.

e. Intangível – Amortização Acumulada é aplicada em parcelas mensais à proporção de 12 avos, de acordo com a concessão de uso das licenças de software por período anual. O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

f. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo - No exercício, há registro de encargos sociais e previdenciários a pagar, os quais em sua maioria correspondem ao recolhimento de INSS e IRRF, com vencimento para o mês seguinte.

g. Não há registro de valores nas contas de Empréstimos e Financiamentos a curto prazo.

h. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo - No encerramento do período, há registro de fornecedores a pagar no montante de R\$ 1.817,91. A referida conta registra as obrigações junto a prestadores de serviços, os quais dão suporte nas atividades operacionais da Entidade. Na conta Obrigações Fiscais a Curto Prazo, verifica-se um saldo de R\$ 6.993,02, onde esse valor corresponde às retenções federais e municipais com vencimento para o mês subsequente.

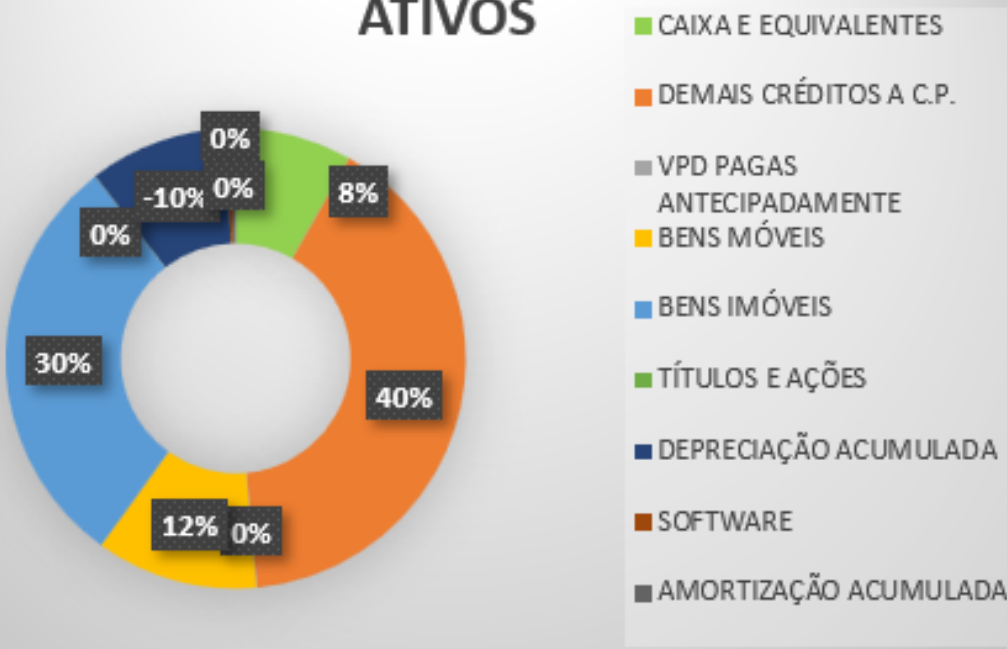
i. O saldo remanescente nas contas de Obrigações de Repartição a Outros Entres, corresponde a valores a serem conciliados junto ao CFO, por divergência entre o relatório de Arrecadação e o extrato bancário.

j. Provisões a Curto e a Longo Prazo - Consta um resgistro de R\$ 45.000 a pagar, referente recolhimento de contribuição pecuniária ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, a ser paga em até 10 (dez) parcelas mensais, de acordo com TERMO DE COMPROMISSO DE CESSAÇÃO (TCC) - SEI/CADE - 1673395, decorrente do Inquérito Administrativo nº 08700.008995/2023-76. Processo nº 08700.006586/2025-05. Já as Demais Obrigações a Curto Prazo - o saldo de R\$ 37.359,76 registrados, corresponde às receitas recebidas antecipadamente, as quais devem ser devidamente apropriadas no exercício ao qual pertencem.

k.Ao fim do período, o Conselho Regional de Odontologia de Sergipe possui um Ativo Financeiro no valor de R\$ 484.205,16 e um Passivo Financeiro no valor de R\$ 330.136,16, resultando em um superávit financeiro para o período no valor de R\$ 154.069,00. Em relação ao Permanente, o Conselho possui um Ativo Permanente no valor de R\$ 4.197.535,05 e não possui valores inscritos em Passivos Permanentes.

l.No tocante às Contas de Compensação, não existem saldos registrados em Atos Potenciais Ativos e consta um saldo a título de Atos Potenciais Passivos no montante de R\$ 3.488.640,20.

ATIVOS



FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR

PASSIVOS



FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

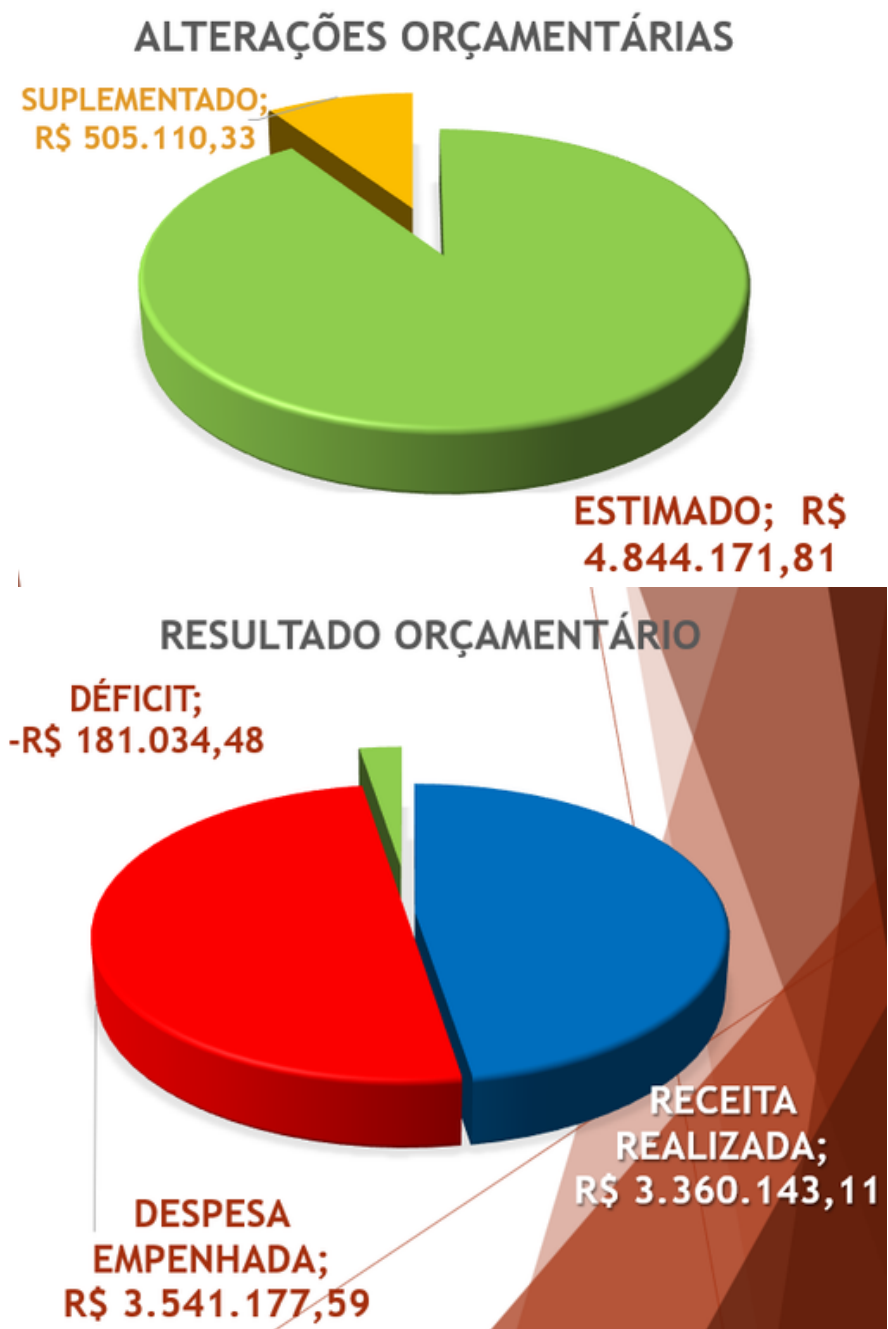
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

a.O Orçamento Anual inicial previsto para o Conselho Regional de Odontologia de Sergipe – CRO/SE, para o exercício de 2025, foi de R\$ 4.844.171,81 em Receitas Correntes, tendo ocorrido, no decorrer do exercício, suplementação de recursos orçamentários no montante de R\$ 505.110,33, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, por meio da abertura de créditos suplementares, sendo R\$ 362.688,92 provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias previamente aprovadas, devido à necessidade de realocação desses créditos dentro da programação prevista na Proposta Orçamentária inicial, e R\$ 142.421,41 oriundos da abertura de créditos adicionais com fonte no SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior.

b.Até o fim do exercício, as receitas realizadas perfizeram o montante de R\$ 3.360.143,11 e as despesas empenhadas no período totalizaram R\$ 3.541.177,59, das quais foram pagas, R\$ 3.415.403,27.

c.O controle dos restos a pagar não processados liquidados é realizado separadamente, não sendo transferido para a conta de restos a pagar processado. O saldo inicial da conta de restos a pagar não processados foi de R\$ 93.233,94, sendo, desse montante, liquidado e pago o total de R\$ 76.269,24. Restando a quantia de R\$ 16.943,48 a serem executados.

d.Na conta de restos a pagar processados, foi inscrito em 31 de dezembro do exercício anterior, o montante de R\$ 5.981,86, os quais foram integralmente pagos, restando a pagar na conta um saldo de exercícios anteriores no valor de R\$ 614,77, o qual teve sua vigência prorrogada.



BALANÇO FINANCEIRO

a. O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício.

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	482.217,58
(-) Saldo em espécie do Exercício Anterior	487.437,82
Resultado Financeiro do Exercício	-5.220,24

Após a apuração do resultado do período na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, o resultado financeiro do período foi negativo no montante de R\$ 5.220,24.

b. Foram registrados no período Recebimentos Extraorçamentários na ordem de 484.530,75 e Pagamentos Extraorçamentários de 308.716,51, provenientes da execução de Restos a Pagar e da movimentação entre retenções e recolhimentos de tributos.

Não houveram ajustes relacionados às retenções no exercício, bem como operações que impactaram o Balanço Financeiro.

DFC

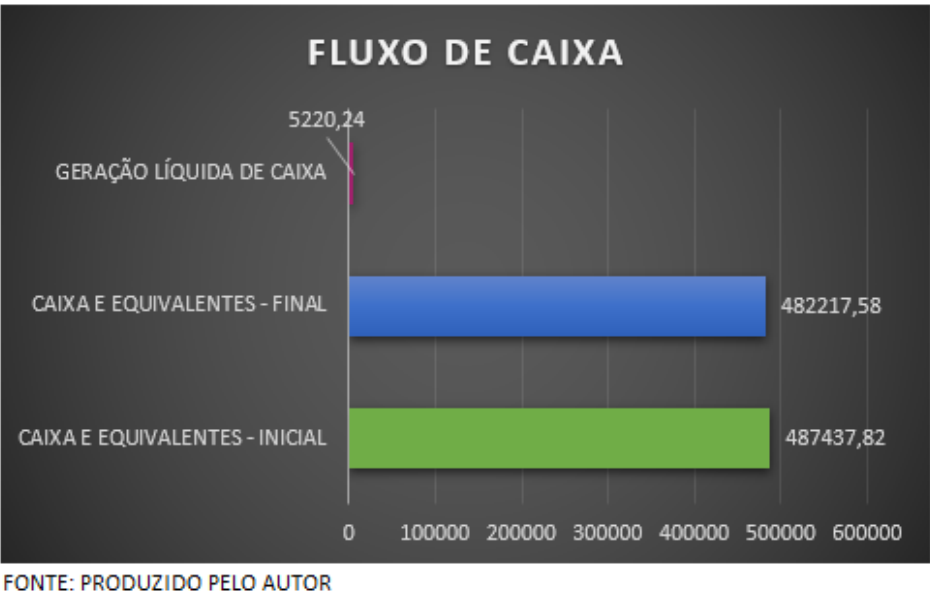
A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

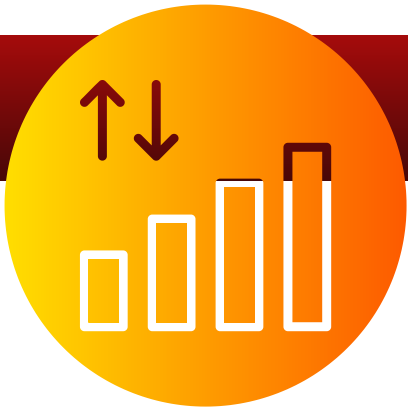
a.No período em evidência, a maior fatia dos ingressos e desembolsos se deu em virtude das atividades operacionais deste Conselho Regional de Odontologia de Sergipe, resultando em um fluxo de caixa líquido positivo das atividades das operações no valor de R\$ 22.015,84.

b.Foram realizados desembolsos a título de Investimento na quantia de R\$ 27.236,08.

c.A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa relativas ao período foi negativa, resultando no montante de R\$ 5.220,24.

Não há saldo significativo de caixa e equivalentes de caixa que não esteja disponível para uso imediato, bem como não houve ajustes relacionados aos ingressos e desembolsos relativos às retenções no exercício.





NOTAS EXPLICATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E DMPL

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas propriamente ditas, as alterações verificadas no patrimônio, indicando o resultado patrimonial apurado.

As variações quantitativas são decorrentes das transações realizadas no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

a. Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), destaque-se as contribuições sociais no montante de R\$ 2.691.871,88 e as receitas com dívida ativa no montante de R\$ 374.045,11, o que representa 64% e 09%, respectivamente, das variações aumentativas no exercício. As contribuições correspondem à arrecadação recebida do Conselho Federal de Odontologia relativas às atividades deste Conselho Regional de Odontologia e a dívida ativa às ações resultantes do trabalho de cobrança e combate à inadimplência. Outro fato significativo foi o recebimento de auxílios para desenvolvimento das atividades do Conselho, concedidos por meio de convênios com o CFO, através dos Programas de Melhoria PROFIS e PROMAC, que junto às transferências intragovernamentais, totalizaram o montante de R\$ 732.045,89, representando 17,7% dos ingressos totais no período. Do montante estimado na programação orçamentária para recebimentos de anuidade de PF e PJ, 52% foram arrecadados efetivamente.



FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR

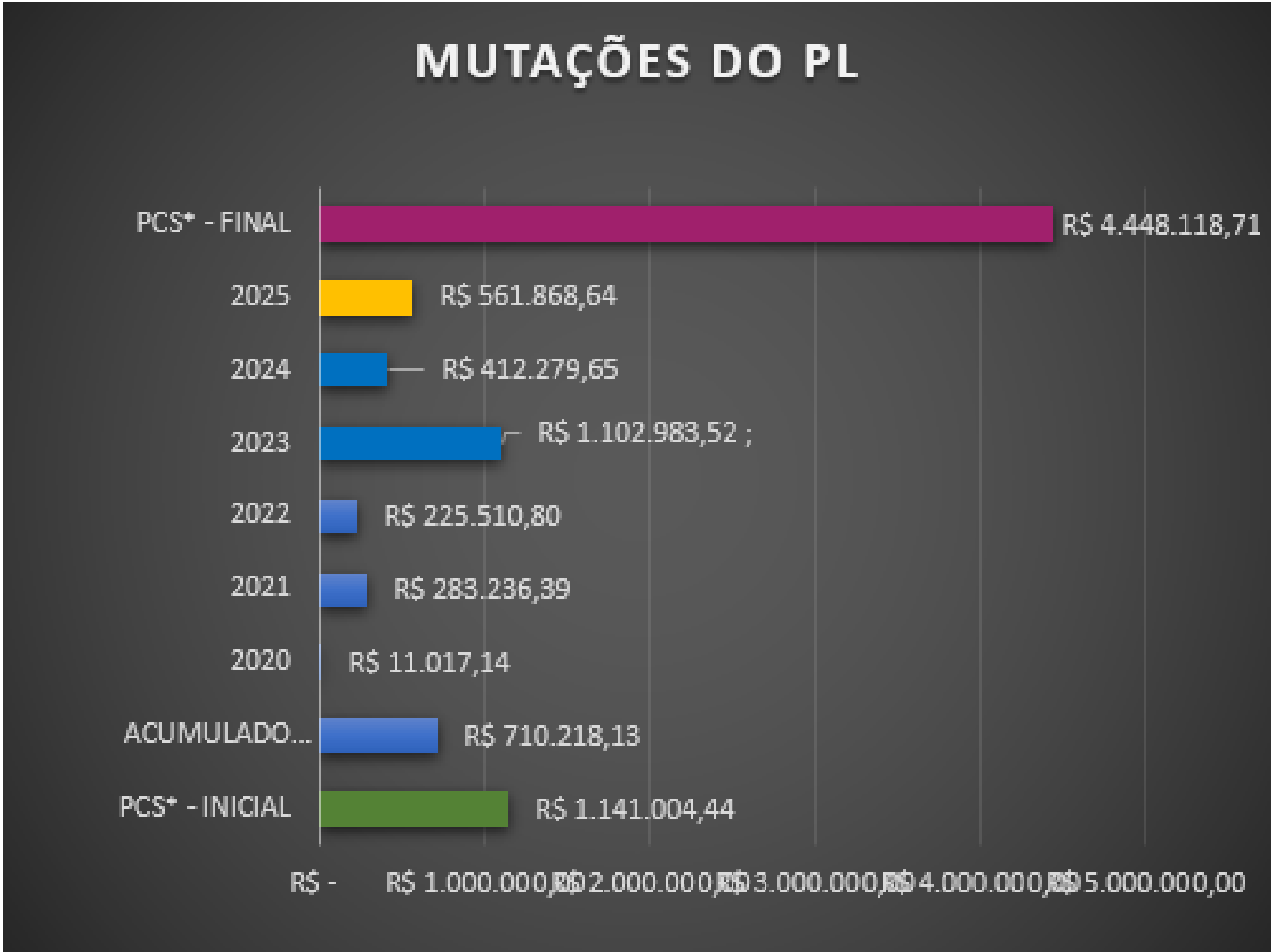
b.Dentre as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), podem ser destacados os gastos com remuneração de pessoal e encargos com o custo de R\$ 1.658.819,58, e o uso de serviços e consumo no montante de R\$ 1.096.480,03, o que correspondem, respectivamente, a 45,75% e 30,24% das variações diminutivas no exercício de 2025. Do valor previsto, 71% foi efetivamente empenhado. Remuneração de pessoal corresponde aos gastos com os servidores do CRO/SE, uso de serviços correspondem a serviços de terceiros necessários ao funcionamento operacional do CRO/SE. Os valores registrados nas contas de contribuições em VPD, correspondem à distribuição da Cota Parte, pelo sistema de bipartição, atingindo um montante de R\$ 722.238,81 no período.

Durante o exercício não existiram situações na DVP relacionadas à redução ao valor recuperável no ativo imobilizado; Baixa de Investimento; Constituição ou reversão de provisões.

c.Após o confronto entre VPA e VPD, o resultado patrimonial encontrado relativo ao exercício em avaliação foi um superávit no valor de R\$ 561.868,64.

d.No período ocorreram Variações Qualitativas Ativas no valor de R\$ 27.236,08 por incorporação de ativos, e não houve Variações Qualitativas Passivas por desincorporação de ativos, decorrentes de alienação de bens.

e.O Patrimônio Social inicial do Conselho é de R\$ 1.141.004,44. Após apuração do resultado do período, a Entidade apresenta um acumulado de R\$ 4.448.118,71, em Patrimônio e Capital Social, conforme podemos observar no gráfico na sequência:



* PCS: PATRIMÔNIO E CAPITAL SOCIAL

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR